

23/Setembro/2015

INDICADORES ECONÔMICOS – AGENDA DO DIA

➤ Brasil:

- Nenhum indicador relevante para o dia.

➤ Mundo:

- **Singapura:** Sai o Índice de preços ao consumidor (IPC) (Anual);
- **Japão:** Sai o PMI industrial (Mensal);
- **França:** Sai o Produto interno bruto (PIB) (Trimestral) e o PMI industrial (Trimestral);
- **Alemanha:** Sai o PMI industrial (Mensal) e o PMI de serviços (Mensal);
- **Europa:** Sai o PMI industrial (Mensal);
- **África do Sul:** Sai o Índice de preços ao consumidor (IPC) (Mensal e Anual) e o índice de preços ao consumidor (IPC) (Mensal e Anual) e o índice de preços ao produtor (IPP) (Mensal e Anual). Ademais, sai a Decisão da Taxa de juros local;
- **Nova Zelândia:** Sai a Balança comercial (exportações e importações).

NOTÍCIAS RELEVANTES PARA O SETOR DE ENERGIA

✓ Aprovado reajuste da Ceral Anitápolis (Santa Catarina)

Fonte: ANEEL



Aprovado o reajuste tarifário da cooperativa Ceral Anitápolis que atende 3.021 unidades consumidoras em Anitápolis (SC). As novas tarifas passam a vigorar a partir do dia 28/9. Ao calcular os índices de reajuste, a Agência considera a variação de custos que a empresa teve no decorrer do período de referência. A fórmula de cálculo inclui custos típicos da atividade de distribuição e outros, como energia comprada de geradoras, encargos de transmissão e encargos setoriais. A aplicação do reajuste anual e da revisão tarifária está prevista nos contratos de permissão assinados entre as cooperativas e o Governo federal, por meio da ANEEL. Os índices homologados pela Agência são os limites a serem praticados pelas cooperativas.

COOPERATIVA	Localização	Nº de unidades consumidoras	Efeito Médio	Baixa tensão residências	Alta tensão indústrias
CERAL ANITÁPOLIS	Anitápolis (SC)	3 .021	28,31%	28,31%	26,02%

Fonte: ANEEL

✓ **Cooperativas de Santa Catarina têm reajustes aprovados**

Fonte: ANEEL



A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou os reajustes tarifários das cooperativas que atendem cidades do interior de Santa Catarina. Ao calcular os índices de reajuste, a Agência considera a variação de custos que a empresa teve no decorrer do período de referência. A fórmula de cálculo inclui custos típicos da atividade de distribuição e outros como energia comprada de geradoras, encargos de transmissão e encargos setoriais. A aplicação do reajuste anual e da revisão tarifária está prevista nos contratos de permissão assinados entre as cooperativas e o Governo federal, por meio da ANEEL. Os índices homologados pela Agência são os limites a serem praticados pelas cooperativas.

COOPERATIVA	Localização	Nº de unidades consumidoras	Efeito Médio	Baixa tensão residências	Alta tensão indústrias
CERTREL	Treviso (SC)	3.832	26,52%	27,40%	26,05%
COORSEL	Treze de Maio (SC)	7.528	24,85%	25,57%	23,07%
COOPERA	Forquilha (SC)	22.037	16,92%	17,23%	16,77%
CERSUL	Turvo (SC)	16.401	29,59%	30,58%	28,83%
CERMOFUL	Morro da Fumaça (SC)	12.845	22,26%	22,63%	21,98%
COOPERMILA	Lauro Muller (SC)	1.110	26,31%	29,36%	23,95%
CERPALO	Imbituba (SC)	10.958	23,26%	23,26%	23,27%
CERGRAL	Gravatal (SC)	5.518	23,49%	23,68%	22,80%
CERAÇA	Saudades (SC)	10.503	26,87%	28,12%	24,23%
CEREJ	Biguaçu (SC)	11.966	26,16%	26,51%	24,02%
COOPERCOCAL	Cocal do Sul (SC)	9.970	26,65%	27,12%	26,08%
CEJAMA	Jacinto Machado (SC)	4.823	25,26%	26,06%	24,56%
CERBRANORTE	Rio Fortuna (SC)	15.661	19,06%	19,48%	18,18%
CEPRAG	Praia Grande (SC)	13.657	23,48%	23,50%	23,38%
CERGAPA	Grão Pará (SC)	3.524	25,33%	26,02%	23,09%
CERAL ANITÁPOLIS	Anitápolis (SC)	3.021	28,31%	28,31%	26,02%

Fonte: ANEEL

✓ **Diretrizes do 2º Leilão de Energia de Reserva são aprovadas**

Fonte: Ministério de Minas e Energia



O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou no Diário Oficial da União, a Portaria MME nº 427, que aprova as Diretrizes da Sistemática para a realização do 2º Leilão de Energia de Reserva (LER), de 2015, previsto para ocorrer em 13 de novembro de 2015. As Diretrizes da Sistemática determinam que o critério de seleção é por menor preço. O leilão irá ocorrer em duas fases – a 1ª constituída por uma etapa inicial para fins de classificação, considerando a capacidade de escoamento do Sistema Interligado Nacional. Já a 2ª, terá duas etapas, uma uniforme de múltiplas rodadas e outra discriminatória, nas quais os empreendedores submetem lances para os empreendimentos classificados na fase anterior. Serão negociados Contratos de Energia de Reserva, na modalidade por

quantidade, para empreendimentos de geração oriundos de fonte solar fotovoltaica e fonte eólica. O início de suprimento dos Contratos será em 1º de novembro de 2018, com prazo de suprimento de vinte anos. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgou em 22 de julho que foram cadastradas 1.379 projetos no certame, com destaque para empreendimentos por fonte solar fotovoltaica, com 649 projetos cadastrados somando 20.953 MWp, e outros 730 projetos de fonte eólica com 17.964 MW.

✓ **Licença para encher lago de Belo Monte é negada**

Fonte: Valor Econômico



O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou a licença de operação de Belo Monte, que permitiria o enchimento do reservatório da usina. A posição do Ibama pode ser revertida, mas a decisão está agora com o consórcio, que deverá atestar o cumprimento de todas as condicionantes. Trata-se de mais um percalço enfrentado pela Norte Energia, que planejava ter acionado suas primeiras turbinas em fevereiro deste ano. O cronograma não foi cumprido e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não aceitou a justificativa de atraso apresentado pela concessionária, que alegava ter sido prejudicada por greves e invasões nos canteiros. Para não arcar com o custo financeiro de repor a energia que deixou de ser produzida, o consórcio se ampara em uma liminar obtida na Justiça Federal. Por meio de sua assessoria, a Norte Energia confirmou o recebimento de correspondência na qual o Ibama cobrou a entrega de 12 itens constantes das condicionantes. A empresa informou que trabalha para providenciar a documentação ainda nesta semana. Uma das pendências envolve a construção de uma rede de saneamento para o tratamento e a coleta de esgoto em Altamira, no Pará, município que abriga o empreendimento.

✓ **Valores e regras para relicitação de UHEs são aprovados**

Fonte: MME/Canal Energia



O Ministério de Minas e Energia publicou a Resolução CNPE nº 2/2015 que contém os parâmetros técnicos e os valores dos bônus de outorga pelas UHEs que serão relicitadas em 30 de outubro. O valor total que o governo projeta receber com essas usinas é de R\$ 17 bilhões sendo que o pagamento deverá ser feito em duas vezes, uma no ato da assinatura do contrato de concessão e a 2ª parcela em até 180 dias após esse evento. As duas parcelas são compostas por 65% do montante à vista a ser pago em dezembro e na 2ª os vencedores de cada lote terão que pagar os 35% restantes. Os valores serão atualizados de acordo com a variação da taxa Selic. De acordo com as regras do leilão, 100% da garantia física deverá ser negociada no ACR no ano de 2016 e 70% a partir de 2017. O preço de referência não contratada no ACR é de R\$ 126,50/MWh e corresponde à média do Preço de Liquidação das Diferenças médios mensais no submercado SE/CO no período de maio de 2003 a junho de 2015, mas limitados ao máximo e ao mínimo vigentes esse ano. Já a remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC, em inglês) é de 9,04% real ao ano, do retorno da bonificação pela outorga, deduzindo os tributos. Dentre os destaques, quase 80% do valor pretendido pelo governo estão concentrados nas UHEs que a Cesp devolveu à União. As usinas de Jupia e Ilha Solteira somam um bônus de outorga de R\$ 13,8 bilhões, ou cerca de 80% do que se pretende obter com esses ativos, sendo R\$ 4,672 bilhões pela primeira com 1.551 MW de capacidade instalada e R\$ 9,131 bilhões pela 2ª, que possui 3.444 MW de capacidade. Pelo alto valor esse lote está subdividido em E1 e E2, cada um com uma usina. No lote D há outra UHE com bônus de outorga na casa de R\$ 1,2 bilhão, é a de Três Marias que representa 50% desse lote que contém 18 UHEs.

✓ **Preços do petróleo têm alta em Nova York e Londres**

Fonte: Setorial Energy News



Os preços do petróleo têm uma manhã de alta em Nova York e Londres hoje. Em Nova York, o barril abriu cotado a US\$ 46,47, registrando um avanço da ordem de 0,24% em relação ao fechamento de terça-feira (22). Em Londres, o barril abriu cotado a US\$ 49,37 nesta quarta-feira, também registrando uma alta de 0,59%, igualmente em relação ao fechamento de ontem.

✓ Receita tributa CCEE por energia de reserva e deve impactar consumidor

Fonte: Reuters



A Receita Federal do Brasil tributará as operações de energia de reserva, um mecanismo que o governo federal tem utilizado desde 2008 para contratar usinas de fontes renováveis, como eólicas e biomassa, com o objetivo de aumentar a segurança do sistema elétrico. A cobrança inédita, de 845 milhões de reais, é retroativa a 2010, quando começaram os pagamentos por essa energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e ocorre em momento em que o governo federal busca elevar a sua arrecadação para atingir metas fiscais, em conjuntura de recessão na economia brasileira. A CCEE contesta a cobrança e possui uma liminar em vigor para evitar o pagamento, mas decidiu fazer uma provisão para eventual derrota na disputa judicial, o que fará com que a cobrança seja repassada para os consumidores, na prática. Segundo a CCEE, serão cobrados dos consumidores de energia cerca de 575 milhões de reais para essa provisão, por meio do recolhimento de um encargo nas contas de luz. Esse encargo terá cerca de 75% do valor bancado pelos consumidores regulados de eletricidade, atendidos pelas concessionárias de distribuição. Os outros 25% serão recolhidos junto a clientes livres, que compram energia diretamente de geradores e comercializadores. A CCEE entende que os tributos não deveriam ser cobrados, pois "os valores não se configuram como receita da CCEE, tratando-se de meras entradas, na medida em que a instituição atua apenas como gestora da conta". Nas operações de energia de reserva, a CCEE vende a produção das usinas contratadas nessa modalidade - eólicas, biomassa, pequenas hidrelétricas-- no mercado de curto prazo, pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), e usa a arrecadação para pagar os geradores. A energia de reserva só é cobrada do consumidor, via encargo, se a venda da eletricidade não cobrir os custos, uma situação que não vinha sendo registrada devido ao patamar mais elevado do PLD nos últimos 2 anos. Com a atual paralisação das liquidações financeiras do mercado de curto prazo na CCEE, causada por discussões em torno do déficit de geração enfrentado por hidrelétricas devido à seca, a CCEE não recebeu pela energia de reserva vendida em julho e agosto, e assim precisará cobrar os consumidores.

✓ Negado pedido de reequilíbrio econômico de contratos do linhão de Tucuruí

Fonte: Canal Energia



A Agência Nacional de Energia Elétrica negou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro interposto pela Isolux Corsán, responsável pela construção de dois trechos do sistema Tucuruí-Macapá-Manaus. A empresa argumentava que houve atraso injustificado na liberação de licenças ambientais do sistema e pedia um aumento na RAP dos contratos de 45,11%. A Aneel entendeu que a empresa não tem direito a recomposição financeira, "pois o atraso no procedimento de licenciamento ambiental seria risco do negócio e não demanda extraordinária, além de constar nos contratos de concessão cláusula específica atribuindo ao concessionário a obtenção do licenciamento sócio ambiental por sua conta e risco". Por sua vez, o Ibama contestou as razões alegadas pela Isolux. De acordo com órgão ambiental, considerando o prazo global até a emissão da licença de instalação, "não houve violação dos prazos legais para emissão das licenças ambientais (LP e LI), sobretudo para emissão da LI, cujos prazos de emissão foram inferiores ao prazo legal". Em 30 de julho de 2015, a Isolux formalizou a desistência do pleito administrativo de reequilíbrio econômico-financeiro, "tendo em vista a sua intensão de recorrer a via judicial para buscar o reconhecimento do seu suposto direito". Os contratos em discussão foram licitados no leilão nº 4 de 2008. A Isolux conquistou os lotes A e B do sistema de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, composto por aproximadamente 1.200 quilômetros de linhas em 500 kV e 230 kV e cinco subestações em 500/230 kV. A empresa levou o lote A (Tucuruí-Xingu-Jurupari) com uma proposta de RAP de R\$ 74,3 milhões, deságio de 24,59%. O lote B (Oriximiná- Jurupari- Macapá) recebeu proposta de R\$ 71,8 milhões, deságio de 16,90%. Somados os deságios, a empresa abriu mão de R\$ 38,8 milhões anuais.

✓ Investimento em eficiência energética é adiado no Brasil

Fonte: Agência Câmara Notícias



A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados aprovou projeto que adia para até 31 de dezembro de 2022 a obrigação que as distribuidoras de energia elétrica têm de aplicar, no mínimo, 0,5% da receita operacional líquida em programas de eficiência energética e Pesquisa e Desenvolvimento (Projeto de Lei 3672/12). A obrigação está prevista para terminar em 31 de dezembro deste ano. Também foi adiado, de 1º de janeiro de 2016 para o mesmo dia, em 2023, a permissão para a duplicação

(de 0,25% para 0,5%) do percentual de aplicação em programas de eficiência energética por parte das concessionárias e permissionárias cuja energia vendida seja inferior a mil gigawatt-hora (GWh) por ano. No caso dos programas, a proposta aprovada determina que 80% dos recursos aplicados serão voltados para unidades beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica, programa do governo que desconta a conta de luz de famílias de baixa renda, como aquelas pertencentes ao Bolsa Família. A proposta é oriunda do Senado e altera a Lei 9.991/00, que regulamenta a obrigatoriedade de investimentos em programas de eficiência energética por parte das empresas distribuidoras de energia elétrica. A comissão aprovou uma nova versão do projeto. O projeto original determina apenas que os investimentos em eficiência energética devem priorizar iniciativas da indústria nacional. Essa parte do texto foi mantida pelo relator, que fez outros acréscimos. Um deles determina que pelo menos 20% dos recursos direcionados à eficiência energética deverão ser aplicados no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). Caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definir o calendário de recolhimento e as multas e penas para as distribuidoras que não cumprirem a lei. Os outros 80% recursos para eficiência energética serão aplicados pelas próprias distribuidoras, segundo o texto aprovado, com base em regulamentação da Aneel. Um último ponto é a criação do Comitê Gestor de Eficiência Energética, a ser administrado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) que definirá e aprovará o plano de investimento anual do Procel, além de acompanhar a execução das ações. O comitê será integrado por representantes do MME, do Ministério de Ciência e Tecnologia, da Aneel, da Eletrobras, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

✓ Prêmio de 10% do valor do contrato para repactuação do risco de 2015

Fonte: Canal Energia



A Agência Nacional de Energia Elétrica propôs desconto de 10% no preço dos contratos do mercado regulado para a repactuação do risco de geração das usinas hidrelétricas em 2015 e a aplicação de um valor de R\$ 6,90/MWh para o prêmio a ser pago a partir de 2016. No caso dos empreendimentos com contratos no mercado livre, o prêmio de risco será equivalente à receita fixa da energia de reserva e demais custos administrativos, financeiros e tributários, o que dá um valor médio de R\$ 15,70/MWh e máximo de R\$ 22,60/MWh. A proposta ficará em audiência pública entre 23 setembro e 7 de outubro, dentro da 4ª etapa do processo que discute o risco hidrológico dos agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia. A repactuação foi definida pela Medida Provisória 688, que prevê o pagamento de uma contrapartida do gerador pela transferência do risco

das usinas para o consumidor. A adesão é voluntária e dependerá da aceitação pelos agentes dos termos propostos na regulamentação da Aneel. A agência também aprovou novo adiamento das datas de liquidação das operações de julho e de agosto no mercado de curto prazo, que passou dos dias 9 e 10 de outubro para 14 e 15 de outubro. O calendário de depósito das garantias financeiras também foi alterado e passa para 24 de setembro, no caso das operações de julho, e para 29 de setembro nas operações de agosto. Para os contratos no ambiente regulado, a proposta da Aneel sugere a postergação da data de início do pagamento do prêmio, para que haja a amortização do custo de 2015 a ser ressarcido aos geradores. Caso o prazo não seja suficiente para que esse ressarcimento seja feito, a compensação do valor remanescente poderá ser feita pela extensão do prazo de concessão, conforme previsto na Medida Provisória 688. A agência propõe ainda que os contratos de venda sejam

prorrogados por pelo menos 2 anos, a partir da amortização total do crédito do gerador, para que o consumidor passe a receber os aportes na conta da bandeira durante esse período adicional. A prorrogação dos contratos de comercialização ou a extensão do prazo de outorga no ambiente regulado, e o ressarcimento da contratação de capacidade de energia de reserva por meio da extensão da outorga no ambiente livre serão definidas com base no preço de referência de R\$ 153,77/MWh, no custo operacional de R\$ 30,26/MWh e em uma taxa de desconto de 7,16% ao ano.

NOTÍCIAS SOBRE ECONOMIA GERAL

✓ IPC-S sobe na 3ª quadrimestre de setembro

Fonte: FGV

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) acelerou para 0,35% na 3ª quadrimestre de setembro, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O resultado ficou 0,07 ponto percentual acima do registrado na leitura imediatamente anterior, quando o indicador apresentou variação de 0,28%. Das 8 classes de despesas analisadas, 6 apresentaram acréscimo em suas taxas de variação.

Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S)		
3ª quadrimestre de setembro		
Grupo	De	Para
Habituação	0,43%	0,50%
Alimentação	0,18%	0,23%
Vestuário	0,13%	0,56%
Transportes	0,20%	0,22%
Educação, Leitura e Recreação	-0,16%	0,05%
Saúde e Cuidados Pessoais	0,64%	0,66%
Comunicação	0,34%	0,29%
Despesas Diversas	0,24%	0,19%

Fonte: FGV

✓ Taxa de juros para as famílias brasileiras chega ao recorde em agosto

Fonte: BC

As famílias e empresas pagaram juros maiores ao pegar empréstimos em bancos, em agosto. Segundo dados do Banco Central (BC), a taxa média de juros do crédito para as famílias continuou a subir e chegou a 61,2% ao ano, no mês passado, a maior taxa da série histórica, iniciada em março de 2011. Em relação a julho, houve alta de 1,4 ponto percentual. A taxa de juros para as empresas subiu 0,5 ponto percentual para 28,5% ao ano. A inadimplência das famílias (pessoas físicas), considerados atrasos superiores a 90 dias, subiu 0,1 ponto percentual para 5,5%. A inadimplência das empresas ficou estável em 4,1%. A taxa de juros mais alta na pesquisa do BC para as pessoas físicas é a do rotativo do cartão de crédito, que subiu 8,8 pontos percentuais, chegando a 403,5% ao ano. A taxa média das compras parceladas com juros, do parcelamento da fatura do cartão de crédito e dos saques parcelados, subiu 8,9 pontos percentuais, alcançando 129,8% ao ano. A taxa do cheque especial chegou a 253,2% ao ano, em agosto, com alta de 6,3 pontos percentuais, em relação a julho. Já a taxa do crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) ficou estável em 27,8% ao ano. Esses dados são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para aplicar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros. No caso do crédito direcionado – que são os empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural e de infraestrutura, a taxa de juros do crédito para as empresas subiu 0,4 ponto percentual, alcançando 10,6% ao ano. No caso das famílias, houve queda de 0,2 ponto percentual, com taxa em 9,8% ao ano. A inadimplência do crédito direcionado ficou estável em 0,7% para empresas e subiu 0,1 ponto percentual para 1,9%, no caso das pessoas físicas. O saldo de todas as operações de crédito, livre e direcionado, chegou a R\$ 3,132 trilhões, em agosto, +0,7% no mês e 9,6% em 12 meses.

✓ **Inadimplência no Brasil fica estável em agosto**

Fonte: BC

A inadimplência no mercado de crédito brasileiro no segmento de recursos livres ficou em 4,8% em agosto, estável em relação a julho, informou o Banco Central. O BC informou ainda que o estoque total de crédito no país avançou 0,7% no período, somando 3,132 trilhões de reais, ou 54,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

✓ **Empréstimos para empresas em agosto caiu em relação ao mês anterior**

Fonte: BC

Por causa da crise política e econômica, as empresas pegaram menos empréstimos no sistema financeiro nacional. Segundo o Banco Central, a concessão de novos empréstimos somou R\$ 130,2 bilhões: caiu nada menos que 6,5% em agosto em relação ao mês anterior. Foi o menor volume desde fevereiro.

✓ **Governo publica no Diário Oficial medida que recria CPMF**

Fonte: Brasil Econômico

Equipe econômica de Dilma, encabeçada por Joaquim Levy, estuda maneiras de elevar arrecadação de impostos. Uma edição extra do Diário Oficial da União publicou uma Medida Provisória, assinada pela Presidência da República, que recria o imposto da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Segundo a Comunicação da Casa Civil, a medida provisória contém o texto encaminhado ao Congresso Nacional, como a Proposta de Emenda à Constituição, que cria um imposto similar à antiga CPMF. O texto na íntegra não está disponível na publicação, mas já foi enviado ao Congresso. A edição extra da publicação traz ainda despachos da presidente Dilma Rousseff que acabam com o abono permanência para o servidor e estipulam o teto da remuneração do funcionalismo público. Se aprovado o fim do abono de permanência, com a anulação do inciso 19 do artigo 40 da Constituição Federal, os servidores que não se aposentarem ao atingirem a condição de aposentadoria continuam realizando a sua contribuição para a previdência pública, deixando de receber integralmente à remuneração os valores aos quais eram liberados até hoje. As medidas publicadas hoje fazem parte da tentativa do governo federal de reduzir o déficit fiscal estimando para 2016, de R\$ 30,5 bilhões. Elas ainda precisam ser votadas pelo Congresso e sancionadas pela presidente.

✓ **Acordo de cooperação técnica com oito estados brasileiros**

Fonte: MDIC

Os acordos buscam consolidar a parceria entre a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai) e as unidades federativas, por meio de trocas de informações sobre anúncios de projetos e oportunidades de investimentos, intercâmbio de dados econômicos, políticas de estímulo à atividade econômica, participação ou promoção conjunta em eventos relacionados à área de inversões produtivas. Até o final deste ano o ministério pretende firmar acordos de cooperação com todos os outros estados brasileiros. Em relação ao fortalecimento das exportações brasileiras, os diretores da Secretaria de Comércio Exterior Herlon Brandão e Ana Junqueira, apresentaram a evolução do Plano Nacional de Exportações e o Plano Nacional da Cultura Exportadora. A Renai é uma iniciativa da Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP) que tem como objetivo fornecer informações úteis ao processo de tomada de decisão por parte de potenciais investidores estrangeiros. Além disso, busca apoiar as estruturas federal e estaduais no desenvolvimento de atividades voltadas à promoção de investimentos produtivos e articular medidas de facilitação dos investimentos no país.

✓ **Dólar sobe sobre o Real**

Fonte: BC

O dólar subia cerca de 1,0%, após iniciar os negócios com baixas expressivas, encostando em 4,10 reais após o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, expressar preocupação com a economia global, o que se somou à já forte apreensão com a economia e a política brasileira. Às 11h03, o dólar avançava 0,94%, a 4,0921 reais na venda. Na véspera, fechou a 4,05 reais, nível mais alto na história. Mais cedo, chegou a cair quase 1,0%, a 4,0145 reais na mínima do dia, após o Congresso manter alguns vetos da presidente Dilma Rousseff que

corroboram o ajuste fiscal, mas adiar a análise de outros itens importantes. Draghi afirmou que o BCE precisa de mais tempo para avaliar se é necessário fortalecer seu programa de compra de ativos, ao mesmo tempo em que ressaltou que a desaceleração de mercados emergentes, o avanço do euro e a queda dos preços de *commodities* prejudicam as perspectivas econômicas. A pressão externa somou-se ao quadro político e econômico preocupante no Brasil. Embora a decisão do Congresso nesta madrugada tenha aliviado um pouco essas preocupações, o mercado seguia temeroso. Mesmo com a pressão recente, o Banco Central não anunciou nenhuma intervenção extraordinária no câmbio nesta sessão. Apenas dará continuidade à rolagem dos *swaps* cambiais que vencem em outubro, com oferta de até 9,45 mil contratos, equivalentes a venda futura de dólares.

✓ **China investirá em recursos ociosos**

Fonte: Dow Jones Newswires

O Conselho Estatal da China, gabinete do país, informou que resgatou mais de 300 bilhões de yuans (US\$ 46,96 bilhões) em recursos orçamentários não utilizados e que os investirá em setores estratégicos para sustentar a economia do país, que está em desaceleração. Em comunicado, o conselho informou que retomou 10,9 bilhões de yuans do governo central e outros 296,6 bilhões de yuans de governos locais no fim de agosto. Esses fundos serão agora destinados para governos locais que estão investindo ativamente e para projetos de suporte ao desenvolvimento econômico e de bem estar social. Pequim já apelou em várias ocasiões aos governos locais que façam uso dos recursos orçamentários, uma vez que a economia sofre pressão de baixa e os projetos de infraestrutura estão estagnados. Ainda, o conselho anunciou que ampliará investimentos em estações de recarga para veículos elétricos, além de aumentar os gastos e introduzir políticas mais favoráveis para o setor.

NOTÍCIAS SOBRE A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

✓ **Índice de produção industrial brasileira cai em agosto**

Fonte: CNI

A atividade industrial manteve a trajetória de queda em agosto, mês em que a atividade do setor costuma se intensificar para atender as vendas de fim de ano. A pesquisa Sondagem Industrial, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), revela que o índice de evolução da produção atingiu 42,7 pontos no mês sobre 44 pontos registrados em julho. Os indicadores da pesquisa variam no intervalo de zero a 100, sendo que valores abaixo de 50 indicam evolução negativa. A produção e número de empregados mantiveram tendência de queda, o nível de estoques permaneceu acima do nível planejado pelas empresas e a ociosidade continuou elevada. O indicador que mede o estoque efetivo em relação ao planejado ficou em 53 pontos sobre 52,3 pontos em julho, o que revela excesso. Esse é o 2º ano consecutivo que o índice de evolução da produção fica abaixo dos 50 pontos em agosto. O mercado de trabalho na indústria teve mais um recuo no mês passado. O indicador de evolução do número de empregados registrou 41,2 pontos e permanece abaixo da linha divisória dos 50 pontos, indicando queda do emprego. Com relação à Utilização da Capacidade Instalada (UCI), o índice manteve-se estável em 66%. A pesquisa destaca, no entanto, que seria de se esperar que na passagem de julho para agosto houvesse um aumento do uso da capacidade instalada. O índice registrado em agosto deste ano é 6 pontos percentuais menor que o de agosto de 2014. As expectativas dos empresários da indústria continuam pessimistas. As perspectivas para os próximos 6 meses são de redução da demanda, do número de empregados e das compras de matérias-primas. A exceção ficou com as expectativas para as exportações, que são de estabilidade na quantidade exportada, com 50,2 pontos. A expectativa para demanda da indústria caiu de 46,3 pontos em agosto para 45,8 pontos em setembro. O índice que mede a expectativa de compra de matéria-prima também caiu de 44 pontos para 42,8 pontos no mesmo período de comparação. O indicador do número de empregados recuou de 42,2 pontos para 41,8 pontos. Também houve queda na intenção de investimento do empresário, de 40,5 pontos para 39,2 pontos. O fraco desempenho da indústria aliado a expectativas negativas para os próximos meses reduziu ainda mais a disposição de investimentos dos empresários. Os indicadores relativos à expectativa também variam de zero a 100, sendo que valores abaixo de 50 indicam expectativa negativa. A pesquisa foi feita entre 1º e 14 de setembro, com 2.375 indústrias de todo o País.

✓ **Caixa abre linha para estimular indústria de máquinas**

Fonte: Caixa Econômica Federal







A Caixa Econômica Federal anunciou a abertura de novas linhas de crédito específicas para a cadeia produtiva da indústria de máquinas e equipamentos. O banco assinou convênio com a Abimaq (semelhante ao realizado com representantes do setor automotivo em agosto) com o objetivo de oferecer condições especiais no crédito destinado a capital de giro e investimentos. Para honrar os compromissos do último trimestre do ano, como o pagamento do 13º salário dos funcionários e reposição de estoque, micro, pequenas e médias empresas com limite de faturamento anual de R\$ 90 milhões terão acesso a taxas de juros partindo de 0,83% ao mês mais Taxa Referencial (TR) para linhas de curto prazo (13 meses). O período de quitação dos empréstimos pode chegar a 5 anos, incluindo carência de 6 meses para a 1ª parcela. A Caixa ainda financiará a compra de máquinas e equipamentos novos e usados - novos com recursos do BNDES e usados com recursos próprios (taxas de juros mensais partem de 1,50% e os prazos podem chegar a 5 anos, com carência de até 6 meses).







✓ **Walter encerra a produção de especiais no Brasil**

Fonte: Usinagem Brasil

O encolhimento do mercado brasileiro nos últimos anos resulta em mais uma perda para o setor de usinagem do País: a unidade de produção de ferramentas especiais da Walter em Sorocaba (SP) vai encerrar as operações ao final de 2015. As demais atividades da filial brasileira (comercialização, suporte e engenharia) continuarão sendo ofertadas normalmente.

MAIORES ALTAS E MAIORES BAIXAS NA BOVESPA*

Maiores altas da Bolsa 			
22/09/2015			
Desempenho da bolsa			
LOCALIZA ON NM	2,34	R\$ 24,97	
BRASKEM PNA N1	2,10	R\$ 16,04	
P.ACUCAR - CBDPN N1	1,99	R\$ 53,80	
GOL PN N2	1,33	R\$ 3,81	
JBS ON NM	1,28	R\$ 16,61	





Maiores baixas da Bolsa 			
22/09/2015			
Desempenho da bolsa			
ECORODOVIAS ON NM	-2,57	R\$ 5,68	
USIMINAS PNA N1	-2,56	R\$ 3,81	
CYRELA REALT ON NM	-2,54	R\$ 8,06	
SID NACIONAL ON	-2,54	R\$ 4,99	
RUMO LOG ON NM	-2,27	R\$ 6,45	

* Referente ao fechamento do dia anterior.

**Empresas do setor elétrico.

Fonte: BMF & Bovespa/Elaboração própria.

TAXAS DE CÂMBIO

Câmbio				
Hoje (23/09/2015)				
		Compra		Venda
	Dólar (Ptax*)		4,1034	4,1041
	Euro (Ptax*)		4,5782	4,5802

*Ptax é a média das taxas de câmbio informadas pelos *dealers* durante 4 janelas do dia.

Fonte: BACEN/Elaboração própria.

ATIVIDADE ECONÔMICA, INFLAÇÃO E PRODUÇÃO

Atividade econômica, Inflação e Produção									
	Julho.15	Junho.15	Maió.15	Abr.15	Mar.15	Fev.15	Jan.15	Dez.14	Nov.14
IBC-Br (%)	0,03	-0,84	...	0,36	-0,11	-0,57	0,10
Produção industrial Total (%)	-1,5	...	0,60	-1,2	-0,80	-0,90	0,30	-1,60	-1,20
IPCA	0,62	0,79	0,74	0,71	1,32	1,22	1,24	0,78	0,51
INPC	0,58	0,77	0,99	0,71	1,51	1,16	1,48	0,62	0,53
IGP-DI	0,58	0,68	0,40	0,92	1,21	0,53	0,67	0,38	1,14
	2015 (*)								
PIB (%)	-1,20								
PIB Agropecuária	1,60								
PIB Indústria	-2,90								
PIB Serviços	-0,50								

(*)Dados do IBGE segundo a nova metodologia de cálculo. 1º semestre de 2015, acum. nos últimos 12 meses.

Fonte: CNI/Bacen/IBGE/FGV

ÁREAS DE ATUAÇÃO DAIMON:

Regulação:

A Daimon atua fortemente na Regulação do setor energético brasileiro.

Através de Consultorias, Estudos e Pesquisa & Desenvolvimento, nossa equipe está totalmente capacitada e preparada para atender as demandas mais complexas deste mercado.

Software:

Desenvolvemos sistemas computacionais altamente especializados para o setor elétrico.

Nossas ferramentas são utilizadas pelas maiores empresas de distribuição do país nos segmentos de operação, proteção, perdas, tarifas, mercado, confiabilidade e muito mais.

Engenharia:

A Daimon tem destacada participação no programa de Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

A Empresa conta em seu corpo técnico com vários pesquisadores oriundos de conceituadas universidades brasileiras, em particular, da Escola Politécnica da USP, onde boa parte desenvolve ou já desenvolveu trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado com significativas contribuições teóricas.

Novos Negócios:

Eficiência e Gestão Energética, *smart grids*, são exemplos de projetos desenvolvidos pela equipe de novos negócios Daimon.

Atenta as novas demandas e em busca de melhorias contínuas a Daimon desenvolve novos negócios em linha com as necessidades do setor energético nacional.

DAIMON, ESPECIALISTAS EM ENERGIA.

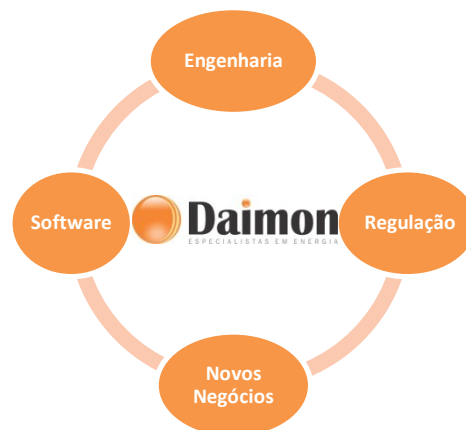
Av Paulista, 1.776 – Cj 22 – B – Bela Vista

CEP:01310-200 – São Paulo – Brasil

faleconosco@daimon.com.br

+55 11 3266-2929 / 3171-1728

www.daimon.com.br



A reprodução, inteira ou em parte, em qualquer forma ou meios, sem a expressa autorização por escrito da **Daimon Engenharia e Sistemas** não é permitida. Esta *newsletter* contém informações que são designadas somente aos seus destinatários. Consequentemente qualquer publicação, duplicação, distribuição ou qualquer ação tomada neste sentido é proibida e ilegal.